

LISTA B

Democracia plena, socialismo, o poder aos trabalhadores

Lista candidata:

**José Santana Henriques - 15045, Armandina Rosa Timóteo A. Fernandes - 2970,
Bento da Conceição Correia – 1099.**

Representante da Lista B na Comissão Eleitoral: João Seabra Mota, 15430

Democracia plena, socialismo, o poder aos trabalhadores

A inflação não para, chegou aos 10,2%, se em Janeiro já havia em Portugal 2,25 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza, imagine-se o que está a acontecer todos os dias. Perante este descalabro o governo em vez de aumentar os salários e as pensões, em vez de controlar os preços e taxar os lucros especulativos, deu uma esmola aos trabalhadores e aos pensionistas, mente descaradamente, enquanto rouba os pensionistas e corta nos salários, isto apesar do excedente das contas públicas atingir agora 5 mil e 253 milhões. Em contrapartida sete empresas e bancos (GALP, EDP, CONTINENTE, PINGO DOCE, MILLENIUM, BPI E SANTANDER) já apresentam mais de 1600 milhões de lucros, ou seja, o lado inverso à fome e miséria que atinge os mais pobres, e o governo nada faz no sentido da justiça social.

Com este quadro social que reduz drasticamente as condições de vida de metade da população, política à esquerda, hoje, é tudo fazer para a mobilização por salários e pensões acima da inflação e o congelamento dos preços do cabaz de compras.

A presente candidatura à Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda/ apresenta-se, para dar combate à crise social, à miséria e fome, para onde a atual governação está a levar as classes trabalhadoras, os desempregados e os pensionistas.

Também estamos cá para reforçar a pluralidade e a democracia dentro do Bloco, para ouvir e ter na devida consideração as opiniões de todos os aderentes, no respeito pela diversidade da sua opinião democrática.

Será por este caminho que o combate à crise interna do partido pode ser ganho, é também por aqui que vamos dar a volta para a sua afirmação, organização e enraizamento entre as amplas classes trabalhadoras do Concelho.

Temos vindo a afirmar que o anterior crescimento eleitoral (que distraiu o Bloco) esteve sempre assente no parlamentarismo, através de políticas conjunturais de âmbito nacional, ao invés do reforço das organizações locais, e que essa distração tinha desarmado o Bloco para enfrentar condições mais difíceis quando estas se apresentassem, é o que veio a acontecer.

A grande lição é que precisamos de uma política independente, organizar os núcleos de base nas localidades e nas empresas, núcleos que levem o partido a intervir junto das pessoas de forma permanente, em ações que contando com o apoio dos parlamentares ultrapassem o desvio eleitoralista e parlamentarista em que o partido se envolveu.

Assim apresentamos aos aderentes do Concelho de Sintra as seguintes propostas:

1 – Lutar onde for preciso, solidariamente, seja por aumentos dos salários e das pensões, ou para exigir o apoio aos desempregados.

A luta dos trabalhadores, dos pensionistas, como dos desempregados, exige a solidariedade ativa dos militantes e dos partidos de esquerda, essas lutas, em condições cada vez mais difíceis, precisam de ser apoiadas seja nas pequenas como nas grandes ações de protesto. Assim propomo-nos contribuir para essas mobilizações quer junto dos aderentes do Bloco como junto das populações.

2 - Políticas de âmbito autárquico

Precisamos de debater a prática dos acordos firmados com o PS, para que servem e como contribuem ou não para a afirmação do partido junto das populações.

Quais são os avanços da organização e quais os passos dados para a afirmação dos programas que apresentamos às várias eleições locais. Como está a correr para o partido o debate da reversão das Freguesias; Como está a decorrer o debate sobre a regionalização do país, que descentralização do poder, que competências e recursos, do estado central para as regiões e municípios e destes para as Freguesias.

Em geral como está o partido a contribuir para elevar o debate; como está a evoluir a formação política dos Autarcas do Bloco; como estão a evoluir os grupos de trabalho entretanto criados; como está a ser o apoio direto da direção política do partido/movimento, aos eleitos.

Como estão os eleitos do Bloco a proceder para que as lutas dos trabalhadores estejam presentes nos trabalhos das Assembleias, para que aí sejam apoiadas.

Que iniciativas estamos a organizar para defender os salários e os direitos dos trabalhadores das Autarquias.

Que iniciativas foram propostas pelos autarcas do Bloco de condenação da guerra imperialista, de condenação de Putin e da Nato.

Estas são as questões pertinentes que se vem colocando no seu dia-a-dia ao partido, as quais exigem a orientação e o empenho político adequado por parte da Coordenadora Concelhia.

3 – Aplicação da constituição, mais Democracia, mais Associativismo e mais Cooperação.

Apoio às associações e Cooperativas, incentivando as comunidades à sua criação, quer no que diz respeito aos aglomerados habitacionais e às suas condições de habitabilidade, seja nas atividades e eventos culturais e desportivos, seja nas Associações juvenis, no associativismo da pequena produção de bens locais ou as Associações dos Bombeiros voluntários. As organizações locais do Bloco devem por isso incentivar os seus membros a fazer parte das Associações como a ter iniciativa para a sua criação e organização.

O poder autárquico municipal tem o poder de licenciar as atividades empresariais a ser desenvolvidas no seu território, assim em benefício dos munícipes e dos trabalhadores em geral deve exigir a essas empresas responsabilidade social efetiva, cuidar que

sejam criados postos de trabalho com direitos, com condições de trabalho justas, e com futuro para os trabalhadores. Tem além disso o dever de não virar as costas quando os empresários quebram os compromissos.

4 – Melhorar a saúde das populações locais

As filas para ter consulta nos centros de saúde continuam um drama no Concelho de Sintra, mesmo para muitos que tem médico de família, esta é a primeira situação que exige a mobilização e soluções.

Continua a haver milhares de moradores sem médico de família, continuam as pressões para que as pessoas mesmo na pobreza, tenham que arranjar forma de pagar aos privados ou então não ultrapassam os problemas de saúde muitas vezes em risco de vida, mais do que nunca é preciso fazer valer o lema ninguém deve ser deixado para trás.

5 – Defesa do património natural e histórico e melhor ambiente

O Bloco tem de aumentar a exigência para a proteção dos parques naturais tem de assentar no bom casamento com quem vive nas suas imediações, tais populações devem ser particularmente incentivadas a dar o contributo de bons vizinhos dos parques, denunciando prontamente os prevaricadores que os enchem de entulhos e lixos. Para tal é necessário que nas suas imediações sejam desenvolvidas atividades agrícolas por pequenos agricultores e hortelãos, que permitam a vida humana muito próxima. Por outro lado é necessário que o estado recorra permanentemente a vigilantes da natureza em sintonia com as atividades agrícolas antes descritas.

É necessário o desenvolvimento de programas de despoluição das ribeiras, para que o eixo verde e azul possa resultar em melhor qualidade ambiental e seja cada vez mais um suporte ao lazer das pessoas. Também para que os produtos hortícolas produzidos junto das ribeiras, regados com essas águas, entrem na cadeia alimentar sem colocar em causa a saúde pública.

É necessário que o património histórico seja efetivamente protegido, para isso tem de acabar o abandono a que o riquíssimo património do Concelho tem sido votado. Tais exigências tem de ser aberta e frontalmente colocadas à CMS assim com às Juntas de Freguesia.

É também necessário que as áreas declaradas como protegidas sejam efetivamente protegidas, (seja no património histórico, arqueológico, arquitetónico ou agrícola). Para tal é necessário que com regularidade existam vistorias, como é necessários que o município de Sintra disponha de técnicos e de programas com esse fim. Deve assim a

organização do Bloco estar sensibilizada e ciente do seu papel político enquanto fiscalizador também nessas áreas.

É necessário desenvolver políticas locais contra o desperdício, obrigar a que todo o comércio disponibilize, de forma gratuita, sempre que a sua condição para o consumo se aproxime do seu fim, esses bens alimentares a quem precisa.

É necessário reduzir a produção de lixo, como é necessário continuar a luta por processos transparentes de reciclagem, com ganhos para o ambiente, para que a pressão social em defesa do ambiente encontre espaço para se desenvolver.

6 – Por uma política habitacional para o Concelho de Sintra

As carências habitacionais no Concelho não param de se agravar, a especulação dos preços do arrendamento são já inoportáveis para milhares de munícipes, cujas consequências são a sobrelotação dos arrendados, com o que tal representa para as condições de vida dessas pessoas. Perante a falta de habitação em condições dignas, este executivo continua a governar o Concelho como se o problema da habitação fosse algo distante.

É preciso uma nova política para a habitação no Concelho que assente numa efetiva municipalização dos solos, a partir da qual sejam criadas as condições para baixar os preços de construção de milhares de habitações ainda em falta. Por esta via seriam também dadas condições para que a habitação cooperativa a preços controlados possa ter o seu lugar. Esta política tem de ser conjugada com outra vertente que é a CMS usar o direito de preferência na aquisição dos fogos que os bancos e outras entidades vendem, nas hastas públicas, quer sobretudo para a posse de fundos especuladores. Tais fogos podem depois de adquiridos ser disponibilizados para os munícipes a preços livres da especulação.

Devemos exigir que o programa da Câmara Municipal -Reaviva Sintra permita a apresentação das candidaturas de prédios aos 25 anos de registo, e sobretudo apoiar com 50% a fundo perdido, as obras de conservação a realizar.

O programa governamental bairros saudáveis, deve servir para melhorar as condições de habitação precárias dos bairros e urbanizações degradadas, deve servir para retirar o amianto desses bairros e urbanizações, sendo que as Autarquias tem o papel de ajudar os seus moradores e associações a preencher formulários e apresentar as candidaturas, sob pena de o programa passar ao lado de quem mais precisa.

7 – Mais e melhores transportes públicos, privilegiando a ferrovia

O transporte público gratuito, durante as 24 horas de cada dia, deve de forma progressiva ser a aposta para a mobilidade das pessoas, manter a exigência de mais e melhores comboios, mas o rodoviário é a prioridade, sobretudo para a ligação entre as pequenas comunidades locais, mais afastadas da ferrovia. Os parques existentes junto às estações do caminho-de-ferro, devem funcionar de forma gratuita e em condições de segurança, para que o transporte ferroviário seja cada vez mais a alternativa necessária para a mobilidade dos munícipes e de quem visita o Concelho.

8 – Implantação e Reforço do Bloco

O Bloco precisa de vencer a crise e organizar de forma efetiva os seus aderentes, precisa de dar prioridade aos grandes aglomerados habitacionais do Concelho, criar condições de debate político dos problemas locais e organizar os núcleos de base. Só assim o seu crescimento pode acontecer e ser cimentado.

A Coordenadora Concelhia eleita em 2020 cessa funções, porém fica a dever um balanço político do seu mandato, um balanço que assuma a sua parte na crise que o partido atravessa.